

**PÓS-GRADUAÇÃO
UNIDERP**



**UNIVERSIDADE ANHANGUERA - UNIDERP
REDE DE ENSINO LUIZ FLÁVIO GOMES – REDE LFG
ELMAR TRAVASSOS FORMIGOSA**

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE

Brasília

2009



UNIVERSIDADE ANHANGUERA - UNIDERP
REDE DE ENSINO LUIZ FLÁVIO GOMES – REDE LFG
ELMAR TRAVASSOS FORMIGOSA

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE

Brasília

2009

**UNIVERSIDADE ANHANGUERA - UNIDERP
REDE DE ENSINO LUIZ FLÁVIO GOMES – REDE LFG
ELMAR TRAVASSOS FORMIGOSA**

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE

Artigo Científico apresentado a Universidade Anhanguera - UNIDERP, como Trabalho de Conclusão de Curso, requisito para a obtenção do grau de bacharel em Direito Tributário *Latu sensu*.

Brasília

2009

ELMAR TRAVASSOS FORMIGOSA

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE

(ORIENTADOR:)

RENATO LOPES BECHO

BANCA EXAMINADORA

BRASÍLIA

2009

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, com muito carinho, a minha família e a todos os meus colegas e professores do Curso, que com seus talentos especiais contribuíram para mudanças significativas em minha vida.

AGRADECIMENTOS

- A Deus, pelo dom da vida e certeza de sua presença em todos os momentos.

“O mundo é um lugar perigoso de se viver, não por causa daqueles que fazem o mal, mas sim por causa daqueles que observam e deixam o mal acontecer.”

(Albert Einstein)

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE

Elmar Travassos Formigosa¹

O presente artigo evidencia a importância da exceção ou objeção de pré-executividade. Este trabalho pretende objetiva entender a importância a exceção de pré-executividade como incidente processual, tendo-a como elemento substancial na busca de maior efetividade e rapidez no processo de execução. Explana o artigo que cabe ao magistrado declarar de ofício a inexistência dos pressupostos processuais contemplados na Lei Processual Civil. Tem-se referenciado ainda, à sistemática processual que admite como condição de pré-executividade, o exame da liquidez, certeza e exigibilidade do título (art. 618, I, do CPC) para viabilizar o processo de execução, pressupondo-se a segurança do juízo para oferecimento de embargos do devedor. Nesse contexto, é peremptório ao afirmar que a exceção de pré-executividade, no teor do art. 620 do CPC, deve realizar-se de modo menos gravoso ao devedor.

A metodologia utilizada para elaboração desse artigo remete a pesquisas bibliográficas, com base em livros técnicos da área de Direito Tributário, dentre outras, com citações de vários autores sobre o assunto, e teve como resultado que com base nos aspectos teóricos do estudo, vale ressaltar que a exceção de pré-executividade, como incidente processual, busca maior efetividade e rapidez no processo de execução.

A jurisprudência passou a admitir que algumas matérias sejam suscitadas pelo executado, sem discuti-las em sede de embargos e, tampouco seguro o juízo.

É uma matéria inovadora, visto que possibilita ao executado manifestar-se nas entranhas do processo de execução, arguindo matéria de direito, ofertada pelo exeqüente, sem se valer dos embargos à execução, que pressupõe prévia garantia da execução por meio da penhora ou do depósito.

Palavras-chaves: Exceção de pré-executividade. Embargo. Execução.

¹ Elmar Travassos Formigosa é formado em Direito pela UNIDF – Centro Universitário do Distrito Federal e em Administração pela UPIS – União Pioneira de Integração Social, pós-graduando da Universidade Anhanguera – UNIDERP e trabalha como Técnico judiciário no STJ – Superior Tribunal de Justiça.
Email: elmart10@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

No curso da História, é relativamente recente a possibilidade de defesa do devedor no processo de execução. Em Roma, segundo ensinamento de Elio Longo, citado por Danilo Knijnik ², a execução caracterizava-se:

(....) pela natureza acentuadamente dispositiva e, pois, pelo predomínio da atividade da parte; redução, ao mínimo, da intervenção do órgão estatal; dificuldade, ou melhor, impossibilidade, no processo mais antigo, de identificar o objeto da execução com o objeto inadimplido e, daí, de assimilar o resultado final dessa à satisfação do direito violado; ao menos nos primórdios, características pessoais e sancionatórias da ação executiva em concomitância, no direito substancial, com um originário estado de indistinção da sanção civil daquela penal.

No Direito Germânico, também não foi diferente. Ao credor se atribuía inclusive a possibilidade de efetuar a "penhora de mão própria ou penhora privada, as quais 'as leis, antes de proibir, incentivavam, embora lhes outorgando alguma regulamentação'" ³.

De certa forma, o Direito Moderno absorveu os elementos e influências tanto de Roma, como do Direito Germânico. O que resultou em um processo baseado na certeza do direito pleiteado (título ou sentença), mas que fosse assegurado a efetivação deste direito, através de atos executivos que importem na efetivação sem a rediscussão do mérito. Embora acatando a tese de que na execução não se rediscute mérito, o Código somente prevê a possibilidade de rediscussão da obrigação mediante "embargos", após seguro o juízo. Ou seja, para que se admita qualquer atitude defensiva do devedor, obrigatoriamente o mesmo terá que, previamente, garantir o juízo através de seu patrimônio.

Conforme já dito alhures, o instituto da "exceção de pré-executividade", é criação recente da Doutrina. Sendo que com o correr dos estudos sobre a matéria, tem sido aceito pela jurisprudência da maioria dos Tribunais Pátrios. Segundo a maioria absoluta da doutrina, os primeiros estudos sobre o tema em nosso País, são atribuídos ao

² KNIJNIK, Danilo. A exceção de pré-executividade. Rio de Janeiro: Forense. 2001. 222 p.

³ KNIJNIK, Danilo. Op. Cit. p. 32

imortal mestre Pontes de Miranda, com base no Parecer n. 95 ⁴. O qual versava "sobre pedidos de decretação de abertura de falência, baseados em títulos falsos, e de ação executiva em que a falsidade dos títulos afasta tratar-se de dívida certa."

O inigualável estudo, do qual resultou o parecer, se deve ao fato de que a Companhia Siderúrgica Mannesmann, teve vários títulos falsos, supostamente de sua emissão, executados. Bem como, pedidos de falência lastreados em títulos falsos, o que levou, após penhoras sucessivas, ao agravamento de seus depósitos bancários, com o conseqüente risco de paralisação de suas atividades.

No citado parecer o mestre sustenta com sua invejável capacidade argumentativa, a possibilidade de discussão, anteriormente a penhora, da "falsidade" do título. Com precisão, doutrina ⁵:

As letras de câmbio, as notas promissórias, os cheques e outros títulos cambiariformes são líquidos; porém a certeza há de resultar do que está escrito, de veracidade das assinaturas e da observância das exigências legais. Se o sacador ou aceitante da letra de câmbio, dentro das vinte e quatro horas, diz que a sua assinatura é falsa, ou que o nome é igual, ou parecido, porém não foi ele que se vinculou ao título cambiário ou cambiariforme, o juiz tem de decidir quanto a isso, porque está em exame a pretensão à execução, e não o mérito da causa.

Algumas resistências à aplicação do instituto surgiram notadamente de Alcides de Mendonça Lima, citado por Ricardo Ludwig M. Pantin. Argumenta, que ao se admitir a "exceção de pré-executividade", que:

(....) será, sem dúvida, o caos do processo de execução, não mais protegendo o credor, como é de sua índole, para favorecer o devedor, em completa deturpação de sua acepção teleológica" (....) 'a antecedência da penhora é *conditio sine qua non* da atitude do devedor-executado.

A par das resistências, o instituto ganhou corpo na doutrina e Jurisprudência. Sendo defendido por inúmeros doutrinadores de peso, alguns pregando sua utilização de forma mais tímida, outros ampliando seu leque de atuação. Sendo que o tema tem inspirado inúmeros estudos e questionamentos, tanto que, nas palavras de Humberto Theodor Júnior ⁶ :

⁴ MIRANDA, Pontes de. Dez anos de pareceres. [S.l.: s.n.] [s.d.].

⁵ MAGALHÃES, Renato Vasconcelos. *Juízo de Admissibilidade na Execução Forçada e Exceção de Pré-executividade*. www.ambitojuridico.com.br

⁶ JÚNIOR. Humberto Theodoro. *Meios de Defesa do Devedor diante do Título Executivo, fora dos Embargos à Execução. Ações Autônomas e Exceção de Pré-Executividade*. ID – Instituto de Direito.

(...) a atenção da literatura processual brasileira, nas últimas décadas do século XX, voltou-se para um fenômeno de relevante significado prático: a possibilidade de o executado provocar o juiz a pronunciar-se sobre a ausência de requisitos legais da execução (...)", ou seja, a chamada "exceção de pré-executividade".

Certo é que a "exceção de pré-executividade", inobstante os que negam sua aplicação, é largamente utilizada como legítimo recurso processual colocado à disposição do devedor para sua defesa no processo executivo. Sendo que as maiorias dos Tribunais Pátrios já enfrentaram o tema, na absoluta maioria das vezes, reconhecendo a possibilidade de manejo do instituto em questão.

Segundo ABAD⁷ a exceção de pré-executividade, pode ser definida como uma forma de oposição inerente ao processo de execução, através da qual é levado ao magistrado o conhecimento de matéria de ordem pública, como os pressupostos processuais (competência do juiz, capacidade das partes e representação por advogado), as condições da ação (possibilidade jurídica do pedido, interesse de agir e legitimidade da parte), ou qualquer outra que diga respeito ao exercício do direito, cuja inobservância preliminar ou verificação intercorrente impede que se tenha acesso ao julgamento do mérito do processo.

Apesar de não estar objetivamente positivada em nosso ordenamento jurídico, a *exceção de pré-executividade* é instituto reconhecidamente aceito pela doutrina⁸ e jurisprudência,⁹ representando meio eficaz de resguardar os direitos do executado diante de um processo manifestamente desprovido dos seus pressupostos básicos. Sem necessitar de qualquer garantia para a sua oposição, a *exceção de pré-executividade* é uma medida célere, mormente porque toda prova que a ela se refere deve ser pré-constituída e apresentada no momento de seu ajuizamento, possibilitando

⁷ JÊNIER, Carlos Augusto. Execução fiscal. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

⁸ Com a extensão do presente trabalho impede a transcrição das suas incontáveis definições existentes sobre o tema, recomendamos a leitura da obra "Exceção de pré-executividade – Matérias de ordem pública nos processos de execução" de autoria do Dr. Marcos Valls Feu Rosa que, com propriedade resenha os conceitos de: Galeno de Lacerda, Araken de Assis, Humberto Theodoro Júnior, Nelson Nery Júnior, Candido Rangel Dinamarco, Ovídio Baptista, Vicente Greco Filho, Hugo de Brito Machado, Alexandre Freitas Câmara, dentre outros expoentes autores.

⁹ STJ: RSP 419376/MS, DJU de 19.08.2002; 163.046/SP, DJU de 01.07.2002, 418726/AM, DJU de 01.07.2002, dentre outros.

ao magistrado o seu pronto exame.

Infundáveis discussões teóricas que gravitam sobre o conceito e a natureza da *exceção de pré-executividade*, mister se faz salientar que, em sua essência, trata-se do mero exercício do direito de petição estatuído pelo inciso XXXIV, do artigo 5º da Constituição Federal, vez que remete ao julgador o conhecimento de matéria que por ele pode ser verificada a qualquer tempo no processo, independente até de provocação.

Apesar de sua recente popularização, a possibilidade de se provocar a extinção do processo executivo sem a necessidade de apresentação de prévia garantia é possível desde 1888, quando, através do Decreto Imperial n. 9.885, D. Pedro II permitiu que o executado se manifestasse, independentemente de seguro o juízo, desde que fosse para alegar o pagamento ou a anulação do débito na esfera administrativa e de que tais fatos pudessem ser demonstrados sem qualquer dilação probatória.¹⁰

O Decreto n. 848, de 1890, também facultava a defesa do réu sem a segurança do juízo, bastando que este exibisse documento autêntico suficiente para comprovar o pagamento ou anulação da dívida.¹¹

No entanto, foi Pontes de Miranda¹² que, sob a égide do Código Processual Civil de 1939, desenvolveu a *exceção de pré-executividade* como hoje é conhecida, justamente através de um parecer elaborado em 1966 para a Cia. Siderúrgica Mannesmann, como foi explicado no início deste trabalho.

2. QUANDO PODE SER APRESENTADA

A *exceção da pré-executividade* é providência utilizada para extinguir ou provocar a regularização de processos executivos que, mesmo despidos de seus

¹⁰ FLAKS, Milton. Comentários à Lei da Execução Fiscal, Rio de Janeiro: Forense, 1981. p. 224, *apud* Oliveira, Angelina Mariz de. *Pedidos e recursos cabíveis na Exceção de pré-executividade*, in Nery Jr., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. (Org.) *Aspectos polêmicos e atuais dos Recursos Cíveis e de outras formas de impugnação às decisões judiciais*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. p. 102.

¹¹ SHIMURA, Sergio. *Atualidades na execução fiscal, processo de execução e assuntos afins*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998, p. 361., *apud* OLIVEIRA, Angelina Mariz de. *Op. Cit.*, p. 103.

¹² MIRANDA. Pontes de. *Dez anos de pareceres*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A., 1975.

elementos essenciais, constituam ameaça ao patrimônio particular do executado.

Quando devidamente empregada, a *Exceção de pré-executividade* é um meio eficaz de garantir justiça e celeridade no processo executivo, pois, ao mesmo tempo em que protege os bens do executado de um processo manifestamente viciado, impede a inútil provocação do judiciário para a prática de atos absolutamente desnecessários e que apenas prejudicarão o executado.

A *exceção da pré-executividade* pode servir tanto para alertar o julgador dos vícios cognoscíveis de ofício – como as matérias de ordem pública -, ou provocar o reconhecimento daqueles cuja apreciação depende de provocação.

Em se tratando de questões de ordem pública, a *exceção da pré-executividade* (que neste momento também pode ser corretamente denominada por oposição) é medida passível de ser intentada não só pelo réu, mas por qualquer pessoa e independente de maior formalismo, vez que é instrumento com o mero fim de alertar o julgador de vícios que por ele já poderia haver sido conhecidos, de ofício, por ocasião do despacho inicial.

Nos casos em que a irregularidade não pode ser aferida independentemente de provocação, como ocorre as causas modificativas, extintivas ou impeditivas de direito, há a necessidade de que tal pedido seja formulado por intermédio de petição firmada por advogado regularmente constituído no processo.

Diante da ocorrência, por exemplo, de uma das causas previstas no artigo 151 ou 156 do Código Tributário Nacional (suspensivas da exigibilidade ou extintivas do crédito tributário, respectivamente), não está satisfeita a condição do artigo 586 do Código de Processo Civil (exigibilidade do crédito tributário), devendo o processo ser extinto, de ofício, na forma do artigo 267, VI do mesmo diploma, como leciona COELHO:¹³

Como é consabido, o crédito tributário, para ser executado, necessita ser líquido, certo e exigível. Ora, na medida em que o CTN prescreve que o seu depósito integral suspende a exigibilidade, sucede que o sujeito ativo fica sem ação de execução. Se intentar aforá-la, deverá ser carecedor de ação.

¹³ COELHO, Sacha Calmon Navarro. *Curso de Direito Tributário Brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999. p. 682.

Outra lição de MACHADO, para quem execuções de créditos com exigibilidade suspensa ou extintos (inclusive pela prescrição, decadência e pagamento), bem como de títulos executivos que não atendem aos requisitos legais, podem ser atacadas através da *exceção de pré-executividade*,¹⁴ idéia essa compartilhada por DANTAS:

A partir dessas observações, se pode concluir que é perfeitamente possível e adequado admitir-se o exercício do direito de defesa na execução, independentemente da oposição de embargos, sobretudo quando se alega a inexistência dos pressupostos processuais exigíveis. A constituição de toda relação processual ou das condições da ação também exigidos na sistemática adotada pelo atual CPC para que exista o próprio direito de acionar a jurisdição.¹⁵

ASSIS entende que todas as matérias referentes aos pressupostos do título executivo podem ser argüidas através da *exceção de pré-executividade*, uma vez que a ausência de qualquer um deles é suficiente para impedir o desenvolvimento e julgamento do processo executivo.¹⁶

Em linhas gerais, as principais matérias de ordem pública atacadas por exceção de pré-executividade são as condições da ação (legitimidade *ad causam*, possibilidade jurídica do pedido e interesse processual), e os pressupostos processuais (jurisdição, citação, capacidade postulatória, petição inicial apta, citação válida, capacidade processual, competência e imparcialidade do juiz) que, por extrapolarem o poder dispositivo dos sujeitos parciais do processo, sujeitam-se à investigação de ofício pelo Estado, “como consequência natural de ser a ação um direito (ou poder) contra ele exercitável que, por isso e como correspectivo, outorga-lhe o poder de examinar a qualquer tempo, independente de provocação das partes.

Existe um entendimento no sentido de que as causas impeditivas, extintivas ou modificativas do direito do exeqüente só podem ser argüidas por intermédio de embargos à execução, vez que não haveria julgamento de mérito no processo executivo. No entanto, pelos motivos acima expostos, consideramos que o único

¹⁴ MACHADO, Hugo de Brito. *Juízo de admissibilidade... Op. cit.*, p. 18-23.

¹⁵ DANTAS, Francisco Wildo Lacerda. *Op. Cit.*, p. 23.

¹⁶ ASSIS, Araken de. *Manual do processo de execução*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. p. 504.

obstáculo à interposição da *exceção de pré-executividade* é a possibilidade de se demonstrar o alegado sem qualquer dilação probatória. Em outras palavras, todos os elementos comprobatórios do direito do excipiente devem ser trazidos ao processo no momento do ajuizamento da *Exceção de pré-executividade*, fato que permite a conciliação de uma fase cognitiva à celeridade e rigor clássico do processo executivo.

Abordando sobre matérias imprescritíveis, a *Exceção de pré-executividade* pode ser oposta em qualquer momento ou fase do processo, desde que antes de proferida a sentença. Caso a alegada nulidade não tenha sido argüida na instância ordinária, entende-se que ela pode ser conhecida de ofício nos tribunais, até mesmo superiores, desde que sejam conhecidos os recursos através dos quais são suscitadas.

Tal possibilidade não é pacificamente reconhecida e o STJ ainda discute a aplicabilidade da súmula 211¹⁷ às matérias que podem ser conhecidas de ofício.

3. O STJ E A JURISPRUDÊNCIA ACERCA DA EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE EM PROCESSOS FISCAIS

A análise das recentes decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça acerca da possibilidade de se atacar a execução fiscal através da *exceção de pré-executividade*, evidencia a complexidade do tema sob foco e permite a aferição da dificuldade encontrada pela Corte para conciliar a defesa do executado e a instrumentalidade do processo à celeridade inerente à execução fiscal.

A apreciação dos julgados serve ainda para demonstrar os prejuízos causados pela excessiva mistificação da *exceção de pré-executividade* que, até no STJ, tem gerado desnecessárias controvérsias.

Quando do julgamento (unânime) do Recurso Especial n. 143.571, em 22 de setembro de 1998, a Primeira Turma do STJ teve a oportunidade de se manifestar acerca da inadmissibilidade da *exceção de pré-executividade* nos processos fiscais, quando permitia que o executado, antes da penhora, advertisse o juiz para as

¹⁷ “inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*”

circunstâncias prejudiciais susceptíveis de conhecimento de ofício, desde que não houvesse necessidade de ulterior produção de provas.

Por meio de julgamento em referência é possível verificar que, à época, nem mesmo para STJ estavam claros os limites da *exceção de pré-executividade*, havendo a necessidade de proibi-la em seu conceito e permiti-la em sua essência, como de forma sábia procedeu a corte.

Em 1999, a Segunda Turma do STJ proferiu aresto pelo qual reconhecia à regra do artigo 16 da Lei das Execuções Fiscais, mas, excepcionalmente, admitia a *exceção de pré-executividade*, “no âmbito da qual, sem o oferecimento da penhora, o executado pode obter um provimento, positivo ou negativo, sobre os pressupostos do processo ou sobre as condições da ação”.¹⁸

Finalmente em 2002 a maiorias das decisões de ambas as Turmas da Seção de Direito Público do STJ foram proferidas no sentido de permitir a suscitação das matérias concernentes às condições da ação, pressupostos processuais, bem como a extinção do crédito tributário através da via da *exceção de pré-executividade*, desde que não dependam de dilação probatória, a despeito da proibição constante no artigo 16 da Lei n. 6.830/80.

4. CRÍTICAS A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE

Apesar da *exceção da pré-executividade* ser um instrumento relativamente simples, que pode ser definido como uma mera petição por meio da qual se apontam, ao magistrado, os vícios do procedimento, é exatamente na referida contraposição ao formalismo e instrumentalidade do processo judicial que se fundam as maiores críticas ao instituto. Seus opositores combatem-na basicamente pela ausência de regulamentação legal, inexistência de qualquer contraditório em processo executório, bem como na suposta proibição de sua aplicação às execuções fiscais.

O instituto encontra ferrenha oposição na doutrina de LIEBMAN¹⁹, para quem

¹⁸ REsp. 229.394/RN, DJ de 24.09.2001.

¹⁹ LIEBMAN, Enrico Túlio. Processo de Execução. São Paulo: Bestbook, 2001. p. 261.

toda e qualquer defesa no processo executivo deve ser formulada nos embargos à execução, após a segurança do juízo:

Isso tudo torna claro que o devedor não pode defender-se diretamente na execução invocando qualquer espécie de defesa, inclusive os fatos extintivos do crédito, que constituem neste plano armas sem gume. Por exemplo, quando citado inicialmente para a execução, não pode apresentar-se ao juiz e querer provar que pagou sua dívida. O juiz não pode ouvir e deve mandar prosseguir a execução. O único meio de que o executado dispõe são os embargos, que poderão ser promovidos em tempo e forma devida e, para maior garantia do exeqüente, só depois de seguro o juízo pela penhora ou depósito da quantia devida.

Lembramos que a *execução de pré-executividade* tecnicamente nem é considerada uma defesa, vez que pode ser interposta por qualquer pessoa, através de qualquer meio, até mesmo de forma oral.

Analisando a questão sob a ótica da proporcionalidade entre as medidas que podem ser adotadas pelo juiz, verifica-se que a constrição de bens particulares em um processo que, de antemão, já se conhece a nulidade, traz mais prejuízos à sociedade do que a suspensão temporária das medidas expropriatórias pode causar.

Através da análise dos argumentos utilizados por aqueles que são contrários à *exceção de pré-executividade*, é possível verificar que existe um grande temor de que o instituto seja indevidamente utilizado com o fim de atrasar o processo executivo e prejudicar o direito do credor. Apesar de haver fundamento para tal receio, ele não é suficiente para inviabilizar a aplicação da *exceção de pré-executividade*, vez que ao julgador, são facultados meios eficazes de reprimir tais tentativas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora seja um procedimento essencialmente voltado à satisfação dos interesses do credor, não se pode olvidar que o processo executivo está submetido às regras fundamentais do Código de Processo Civil, bem como aos mandamentos constitucionais garantidores do devido processo legal.

Em decorrência dessa inafastável sujeição, entende-se que, para o regular desenvolvimento do processo executivo, é necessária a observância dos pressupostos

processuais e condições da ação, bem como que o crédito exigido seja líquido, certo e exigível, ou seja, que este não esteja extinto ou esteja com a sua exigibilidade suspensa por qualquer motivo.

Com efeito, a *exceção de pré-executividade* tem natureza de incidente e agiliza o procedimento executivo. Estão seus mecanismos comprometidos com a efetividade do processo.

O executado, duplamente, provoca a cognição potencial do juiz, por meio de embargos e da *exceção de pré-executividade*.

Constitui provocação do órgão jurisdicional, que exige observância dos requisitos da execução. A oposição suspende a execução e enseja o contraditório, devendo o juiz posicionar-se, prontamente, acolhendo-a ou rejeitando-a. Acolhida e constatada a ausência dos requisitos da execução, na *exceção de pré-executividade*, caberá apelação. Desacolhida, desafia o agravo de instrumento.

Em suma, os pressupostos processuais e as condições da ação deverão estar presentes no processo de execução.

A petição da arguição da ausência dos requisitos da execução suspende o curso da execução, até a decisão do juiz. Ao comando da sentença proferida, no processo de execução, declarando a ocorrência de prescrição, decadência, compensação e pagamento, agrega-se a força da imutabilidade da coisa julgada.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Araken de. *Manual do processo de execução*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. *Curso de Direito Tributário Brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

FLAKS, Milton. Comentários à Lei da Execução Fiscal, Rio de Janeiro: Forense, 1981. p. 224, *apud* Oliveira, Angelina Mariz de. *Pedidos e recursos cabíveis na Exceção de pré-executividade*, in Nery Jr., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. (Org.) *Aspectos polêmicos e atuais dos Recursos Cíveis e de outras formas de impugnação às decisões judiciais*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

JÊNIER, Carlos Augusto. Execução fiscal. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

JÚNIOR, Humberto Theodoro. *Meios de Defesa do Devedor diante do Título Executivo, fora dos Embargos à Execução. Ações Autônomas e Exceção de Pré-Executividade*. ID – Instituto de Direito.

KNIJNIK, Danilo. A exceção de pré-executividade. Rio de Janeiro: Forense. 2001.

LIEBMAN, Enrico Túlio. Processo de Execução. São Paulo: Bestbook, 2001.

MAGALHÃES, Renato Vasconcelos. *Juízo de Admissibilidade na Execução Forçada e Exceção de Pré-executividade*. www.ambitojuridico.com.br. Acesso em: 05 nov. 2009.

MIRANDA, Pontes de. *Dez anos de pareceres*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A., 1975.

SHIMURA, Sergio. *Atualidades na execução fiscal, processo de execução e assuntos afins*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998, p. 361., *apud* OLIVEIRA, Angelina Mariz de. *Op. Cit.*